

A TRAJETÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARROCAS (1986 a 2010)¹

Patrícia Carneiro de Souza Queiroz²

Resumo

O presente estudo visa analisar como se deu a formação e a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Barrocas, Bahia. A escolha do tema se deu a partir de uma necessidade de compreender como estes trabalhadores rurais se utilizaram do movimento sindical para dar voz às suas insatisfações e às suas reivindicações de melhoria social. Através da análise de documentos presentes no próprio Sindicato (como Livros de Atas e o Estatuto Social), foi possível perceber como a luta deste órgão permitiu uma evidente melhoria nas condições de vida dos agricultores, mas permitiu perceber também como ainda é necessária a luta para a permanente conquista de direitos muitas vezes negados pelo próprio Estado. O artigo foi estruturado da seguinte forma: uma breve história do movimento sindical à nível nacional, a formação da cidade de Barrocas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e, então, as ações sindicais visando o desenvolvimento rural local. Para fundamentar o estudo contou-se com a contribuição de autores como Arilson Favoreto, Alain Touraine e Leonilde Sérvolo Medeiros.

Palavras-chave: Sindicalismo; Trabalhadores rurais; Agricultura familiar; Direitos; Economia.

Abstract

This study analyze how was the training and the importance of the Sindicato dos Trabalhadores Rurais of the Barrocas' city, from Bahia. The theme was choose from a need to understand how these rural workers used the syndicate movement to voice their grievances and their demands for social improvement. Through documents analysis present on the syndicate (such as Minutes Book and Social Statute), it was possible to see how the struggle of this institute allowed a clear improvement in the living conditions of farmers, but also allowed us to perceive how the fight is still needed for permanent conquest of rights often denied by the State. The article is structured as follows: a brief history of the syndicate movement at national level, the formation of the Barrocas' city and the Sindicato dos Trabalhadores Rurais of the city, then the union actions targeting the local rural development. To make the study told with the contribution of authors like Arilson Favoreto, Alain Touraine and Leonilde Marvolo Medeiros.

Keywords: Syndicalism; Rural worker; Family farming; Rights; Economy.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia - Campus XIV, realizado sob a orientação do Prof. Dr Rogério Souza Silva.

² Estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB - Campus XIV. Email: patriciacarneirog@yahoo.com.br

Introdução

O movimento sindical no país é, dentro da composição da história do Brasil, uma realidade recente e que sofreu diversas tentativas de silenciamento. Contudo, é notório que os sindicatos e, especificamente, os sindicatos rurais permitiram que a classe trabalhadora manifestasse suas necessidades e insatisfações, em busca de direitos e participação social. O presente estudo tem como objetivo, portanto, apresentar os motivos que levaram os trabalhadores rurais do município de Barrocas, na Bahia, a se organizarem em movimentos sindicais. Tal intento será alcançado a partir da análise da trajetória desta instituição rural dando ênfase a importante participação deste no município, levando em consideração que foi este um importante meio de reconhecimento dos agricultores locais.

Para que seja compreendida a discussão acerca do tema foi traçado, primeiro, um breve contexto histórico sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no cenário brasileiro, sua estrutura legalizada pelo Estado e a forma com que este tentou controlar suas ações. Foi abordada também a consolidação de Decretos Lei que regulamentaram a sindicalização rural.

Após uma paráfrase do desenvolvimento sindical em nível nacional foi feita uma breve retrospectiva da história da cidade de Barrocas para, então, ser analisada a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, aqui apresentado como meio de estratégias de representação social e econômicas das famílias rurais. Para tanto, inicialmente foi discutido o surgimento do sindicalismo rural, as bandeiras de lutas e a necessidade sentida por estes trabalhadores de terem seus próprios representantes. Na seção seguinte, é apresentada uma discussão sobre as ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas, caracterizando o espaço rural a partir de sua ocupação e dando enfoque às atividades produtivas como a agricultura familiar favorável ao desenvolvimento rural.

Neste estudo, a temática abordada parte da análise de fontes documentais primárias como os Livros de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas e o Estatuto Social. Ao realizar um levantamento de tais livros foi possível encontrar atas que tratam das reivindicações dos associados, por exemplo. Esses documentos serviram de apoio para a construção deste artigo, assim como teóricos que abordam o assunto, a exemplo de Ângela de Castro Gomes, Arilson Favoreto, Adalberto Moreira

Cardoso, Alain Touraine, Leonilde Sérvo Medeiros, assim como outros estudiosos que, a partir de seus trabalhos, tiveram importante contribuição para o presente estudo.

Uma discussão necessária: o surgimento do sindicalismo rural

O Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, criado no governo de Getúlio Vargas, surgiu com a finalidade de interferir no conflito entre capital e trabalho, e seu objetivo era “trazer as organizações sindicais para a órbita do Novo Ministério do Trabalho, de forma que eles passassem a ser controlados pelo Estado” (Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Decreto Lei nº 19.667, p. s/n). Isso indicava que o governo pretendia fazer alterações no rumo da política trabalhista e sindical e, pela nova legislação, apenas um sindicato por categoria profissional era reconhecido pelo governo. Sobre isto Ângela de Castro diz o seguinte: “o Ministério queria sindicatos e líderes convencidos das qualidades do sistema corporativista, o que não significava necessariamente submissão total” (GOMES, 2005, p. 250). Nesse sentido, o Ministério, órgão do Estado, determinava as ações do sindicato. Para Castro, neste período os trabalhadores não se sentiam atraídos pelo movimento sindical, pois este não atendia aos seus anseios, seguindo a cartilha do Ministério do Trabalho. Para os trabalhadores se inserirem nas estruturas sindicais foi estabelecida a necessidade do vínculo sindical para se ter acesso a serviços jurídicos e de saúde. Castro afirma que este Ministério

Defendia a ampliação dos efetivos sindicais, esclarecer que o trabalhador devia procurar o sindicato, pois só assim receberia assistência jurídica e médica, treinar líderes que, como bons administradores, também compreendessem o espírito da legislação sindical e social, tudo isso constituía a parte pragmática de uma política mais global de afirmação do corporativismo (GOMES, 2005, p. 253).

A intensidade dessas ações voltadas para controlar o comando dos sindicatos e blindar a resistência são as finalidades do corporativismo. No entanto, os trabalhadores, organizados em movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, têm todas as suas ações expressas por meio de passeatas, marchas, paralisações dentre outras atividades. Assim, as leis trabalhistas vieram para mostrar o que competia às organizações sindicais, que se mantiveram sem autonomia e que, para

se fazerem presentes no meio social, precisavam criar vínculos, serem dependentes de alguma forma do Estado

Esse tipo de organização sindical, até então determinada pelas leis de trabalho, não atingiu os trabalhadores rurais que não tinham nenhuma seguridade, estes ficavam à margem desse processo. O movimento sindical não agia pelo bem comum da classe trabalhadora. Dessa forma, o Estado se isentava de sua responsabilidade com o atendimento e a assistência à classe de trabalhadores. Tal situação favoreceu a ação dos movimentos, uma vez ocupados com funções que não eram de sua competência, a reflexão sobre as reais condições de seus associados. As reivindicações de melhores condições de trabalho não eram pensadas nesse momento, pois o movimento sindical tinha a função de conciliador entre autoridades administrativas e judiciais e seus associados.

Em 1944 surgiu uma preocupação acerca da situação dos trabalhadores do campo que precisavam se organizar e o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio se posiciona como “defensor da existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores” (Ministério do Trabalho apud Medeiros, 1998, p. 5). Neste cenário surgiu o decreto de sindicalização rural de novembro de 1944 (DL 7038/44), cujo Art. 2º inciso 1º determinava que patrões e empregados tivessem representações paralelas e definia como empregadores rurais,

[...] pessoas físicas ou jurídicas proprietários ou arrendatários, os que exploram atividade rural na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não, sejam em economia individual, coletiva ou de família e como empregados, trabalhadores ou operários rurais os que trabalhassem por conta própria. (Decreto Lei nº 7.038, 1944, s/n).

Em 1945 foi instituído o Decreto (DL nº 7.449 de 30/05/1945) no qual definia-se a formação de associações rurais (e não sindicatos) como organização mista não submetida à critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. O Art. 1º diz que

[...] cada município terá uma associação rural, de que poderão fazer parte às pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícolas, extrativa, pastoril ou industrial, e também profissional ligados a essas atividades (Decreto Lei nº 7.449, 1945, s/n).

Assim, ao invés da construção da ideia de uma classe trabalhadora e de uma classe de empregadores, “institucionalizava-se, em forma de lei, uma concepção ampla de uma ‘classe rural’ ligada por interesses comuns, cujo espírito associativo deveria ser fortalecido” (MEDEIROS, 1995, p.73).

Quem reconhecia a condição destes trabalhadores era o Ministério do Trabalho. De acordo com o Art. 1º inciso 1º

Os sindicatos rurais serão organizados normalmente reunidos exercentes de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, podendo o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio permitir, excepcionalmente, a organização de entidades congregando exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes, comprovada a impossibilidade de serem organizadas entidades específicas (Decreto Lei nº 4.214, 1963, p. s/n).

As organizações de trabalhadores rurais surgiram a partir da necessidade desses homens e mulheres terem seus próprios representantes, pois esta categoria era elaborada por outros segmentos como, por exemplo, o Estado, sempre no controle de todo movimento que instituía decretos em lei que não atendiam aos anseios sociais daquela classe. O trabalhador rural, para consolidar seu espaço, ter direito e não seguir normas estabelecidas pelo Estado, precisava ampliar seus interesses em prol de uma finalidade.

Quando o trabalhador rural estava excluído do âmbito legal da proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), surgiu o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 02/03/1963), que previu a criação da Previdência Social para essa classe. O estatuto foi promulgado em um momento que muitos conflitos sociais vinham se repetindo no cenário rural. Este emergiu como o resultado de mobilizações de entidades decididas a lutar por melhores condições de vida. Daí o surgimento do projeto de lei que parece ter nascido com a finalidade de ludibriar tal classe com promessas que nunca foram cumpridas. Sobre isto Vera Lúcia Ferrante (1973) diz o seguinte:

Não se pode, entretanto, ver no Estatuto do Trabalhador Rural uma tentativa consciente e concreta de atendimento ao problema da precariedade das relações de trabalho no meio rural. Parece-nos mais correto colocá-lo como parte dos mecanismos ideológicos utilizados pelo Estado Brasileiro para obter meios de mobilização política das massas rurais (FERRANTE, 1973, p. 193).

Isso é perceptível quando o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) reduziu as relações de trabalho de forma que não refletissem o quadro real do meio rural. Um exemplo disso é a definição dada pelo estatuto a este trabalhador: “toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” (FERRANTE, 1973, p. 195). Esta é uma definição que não condiz com certas categorias de trabalhadores, por não levar em conta a diversidade de relação de trabalho existente na agropecuária brasileira, o que trazia ameaças a grande maioria dos trabalhadores rurais no tocante à proteção e toda segurança social.

Anos depois, o presidente da República Emílio Garrastazu Médici, em 08/06/1973, revogou o Estatuto do Trabalhador Rural e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado com a finalidade de dar assistência ao trabalhador rural, porém, não garantia nenhum direito trabalhista. Tais trabalhadores rurais depositavam suas esperanças no FUNRURAL, o que era essencial para um governo assistencialista.

O trabalhador rural via com bons olhos o surgimento do FUNRURAL, isso em decorrência da situação real em que vivia enganado de toda maneira possível para não ter acesso às leis trabalhistas. E, seguindo esta política, era permitido que as entidades sindicais firmassem convênios para a prestação de assistência médica, o que facilitou o aumento do número de sindicatos e neles, o de associados, e assim moldava-se uma prática que levava o sindicato a firmar-se também como assistencialista. Segundo Medeiros (1989)

Na medida em que o sindicato foi instituído como principal agente dessa extensão (mediante convênios que implicavam a contratação de médicos e dentistas pelo sindicato, montagem de consultórios e encaminhamento de aposentadorias), esse espaço passou a ser reconhecido centralmente como instância de recebimento de benefícios e não de organização e luta, contrapondo-se, na prática, a própria orientação geral do sindicalismo, através da Contag, de fazer do sindicato um espaço de socialização dos direitos. Em diversos locais, essas entidades de representação acabaram por se tornar mais um dos espaços de práticas clientelísticas, com os representantes do poder local despertando a representação dos trabalhadores como forma de ampliar suas bases de sustentação política. (MEDEIROS, 1989, p. 14).

A função do FUNRURAL era, então, dar atenção ao trabalhador rural por meio de assistência sanitária e previdenciária. Neste cenário, as organizações foram

impedidas de atuar, e assumir a função assistencialista era a única forma de continuar existindo.

A Igreja Católica foi uma instituição que fez duras críticas a uma tradição de política assistencialista desenvolvida pelo FUNRURAL e pelo próprio sindicato. Desta forma, o trabalhador rural ficava desprovido de direitos ligados a Previdência Social, assim, a tão almejada aposentadoria era um sonho ainda distante para tais trabalhadores. A função do sindicato neste contexto deveria ser de lutar por melhores condições de trabalho e reconhecimento social, porém, atuava de maneira distinta. Conforme GOMES (2005):

O sindicalismo tinha graves defeitos e perigos. Seu objetivo principal e imediato era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (...), além disso, a organização interna dos sindicatos podia sempre degenerar em autoritarismo. O que se observava era que quanto mais conservador e burocratizado ficava, tendendo a ocupar-se unicamente de interesses materiais e imediatos (GOMES, 2005, p. 93).

Para que houvesse mais conscientização dos seus direitos trabalhistas, o movimento sindical possibilitava uma maior integração dos membros, se configurando como o espaço propício para reuniões, preparação e ampliação do número de associados nessa luta. Dava-se, portanto, a busca de uma nova identidade para os trabalhadores rurais na sociedade. Em algumas regiões do país as Encíclicas Sociais³ se tornaram as forças mais influentes no período pré e pós-golpe. O Regime Militar, iniciado no Brasil em 1964, durou longos 20 anos e montou uma grande máquina de censura e controle social; os militares usavam como instrumento jurídico os Atos Institucionais (AI) com a finalidade de impor sua nova ordem sobre a nação, e sua contribuição foi importante para a manutenção da continuidade do movimento sindical enquanto a repressão acontecia. A Igreja Católica teve um papel importante durante este período de Ditadura, pois, como segmento protetor, buscava mecanismos de defesa para lideranças sindicais e ainda propiciava maior visibilidade para as denúncias.

A década de 1980 foi marcada pela ampliação da organização sindical, pelo aumento da influência dos trabalhadores, por muitas centrais sindicais e pelo crescimento considerável de greves. Sobre o assunto Munakata (1980) diz que

³Foram pequenos grupos organizados por leigos, padres ou bispos, com a finalidade de chegar às zonas rurais para serem um meio no qual fosse possível a expressão de um sentimento que envolvesse todos os trabalhadores em revolta contra as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos.

“envolvendo centenas de milhares de trabalhadores não se pode negar que o movimento fez emergir a tona da pantanosa cena política brasileira um novo fator: exatamente a presença de trabalhadores” (p. 61). Para entender a atuação do sindicato na esfera política faz-se necessário dar enfoque a um novo fator que sai dos movimentos: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Este partido se ergueu em um cenário de ressurgimento dos trabalhadores na cena política, “o avanço e a expansão do movimento sindical desaguaram na busca de uma unificação, que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional” (SANTANA, 2006, p. 289). Mesmo vivendo no contexto da Ditadura Militar, o movimento dos trabalhadores mostrava sua força, seu poder de mobilização em busca de uma sociedade melhor e a “capacidade de organização, mobilização e disposição de luta, ainda que diante do temível Regime Militar” (SANTANA, 2006, p. 288). Foi um momento de grandes mudanças para a classe trabalhadora, pois a partir daí as organizações sindicais começaram a se consolidar e a ganhar a credibilidade dos trabalhadores, o que culminou no aumento de sindicalizados em diversos setores.

Estas transformações ocorridas ainda na década de 1980 se devem também à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), órgão que passou a representar empregados de diferentes categorias e a lutar por transformação na estrutura sindical, tendo como finalidade a construção de estruturas organizadas capazes de propiciar importantes conquistas para a classe trabalhadora. Iram Jacome Rodrigues (1999) diz que a CUT representa um dos ciclos do sindicalismo brasileiro de maior importância na história nacional, tanto pelos desdobramentos das lutas no âmbito da organização sindical como pela sua incidência marcante nos principais movimentos da história política do país nos últimos 25 anos. Há, portanto, um rompimento com o passado. O novo sindicalismo passou a ter outro contexto de luta, a começar negando o que foi o movimento sindical de 1945-1946, quando a historiografia nos dá indícios de que, para manter firme a aliança com o populismo feita nos governos de Vargas e de João Goulart, ocorreu uma inviabilidade da autonomia das classes trabalhadoras. Vale ressaltar que a expressão do novo sindicalismo teve seu início em São Paulo, na região do ABC paulista. Foi um momento no qual houve muitas críticas acerca da estrutura dos movimentos sindicais, pois estes defendiam uma negociação entre patrões e empregados sem a interferência do Estado nesta relação. Esse movimento era formado por trabalhadores que não tinham nenhum contato com o modelo sindical proveniente

do período pré 1964, nem tão pouco com a esquerda tradicional. Sobre isso Iram Jacome Rodrigues (1997), diz o seguinte:

Ao contrário do passado, observa-se nas novas correntes sindicais uma disposição de confiar basicamente na capacidade de organização dos próprios trabalhadores, disposição que marcha paralelamente, senão a confiança com relação a outros grupos sociais, políticos, estudantes, intelectuais etc. (RODRIGUES, 1997, p. 25-26).

A direção da Central Única dos Trabalhadores era composta por 149 dirigentes, incluindo o corpo responsável pelas ações nacionais da central. Na Executiva Nacional, dos responsáveis pela construção da central nos estados, um terço que compunha esse grupo era formado por trabalhadores rurais. O setor rural durante a década de 1980 se fez presente em congressos e em cargos de direção. Tal atuação indicava a importância deste segmento para o conjunto da central sindical que então se organizava em bases nacionais. Passaram a assumir algumas identidades de caráter mobilizador como “povo pobre”, “movimento popular” e “trabalhador”. Essas identidades serviram como unificadoras das lutas dos segmentos específicos e possibilitaram a definição de reivindicações comuns. (PICOLOTTO, 2009, p. 63).

Em se tratando de lutas, o sindicato deixou os anos 1980 com a certeza de que teve poder de força com o Estado e sua política ditatorial, visto que passou a ter um reconhecimento social. Contudo, este sindicalismo que lutou pela democratização e abertura política teve também seu momento de certo enfraquecimento, pois passou a lutar por mudança social com a candidatura de Lula, que perdeu para Fernando Collor de Mello.

Ao longo dos anos de 1990, com as mudanças no setor econômico, os movimentos sindicais perceberam que continuar com as práticas de mobilização não atendia aos anseios dos seus associados e passaram por um momento de reorganizar suas estratégias. Conforme Marco Aurélio Santana (2006), “os eixos do sindicalismo nacional foram se modificando também em termos de seu perfil de filiação” (p. 306). O número de filiados que antes era o pilar do movimento sindical teve naquele momento uma redução, a exemplo dos trabalhadores das indústrias. Como o movimento estava fortalecido, conseguiu acompanhar as mudanças que a própria sociedade naquele momento vinha passando, bem como as mudanças no mercado de trabalho e a conquista para filiar segmentos da população como as mulheres, trabalhadores rurais e trabalhadores com grau de instrução mais elevado.

Em se tratando de bandeiras de lutas, com a nova conjuntura social vigente não dava para continuar com os mesmos padrões de lutas voltados para a reforma agrária e ao direito trabalhista. Era preciso um novo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, segmento que passa a ser considerado prioritário nessa nova estratégia para o meio rural que o sindicalismo se propõe a construir (MEDEIROS, 1997).

No início da década de 1990 o país passava por mudanças sociais e políticas. O meio rural vivenciou esse período com grandes desafios e precisava que o sindicalismo rural propusesse um projeto capaz de dar visibilidade ao trabalhador e não de medidas pontuais, uma vez que o cenário social não permitia tais atitudes. A CUT defendia como prioridade “a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural que teria por base o fortalecimento da agricultura familiar e a luta por uma ampla e massiva reforma agrária” (FAVORETO, 2006, p. 39). Assim o sindicalismo procurava defender um projeto menos reivindicatório e com uma estrutura mais afirmativa que atendesse aos segmentos que compunham o meio rural como os agricultores familiares, sem-terras, assalariados, aposentados (FAVORETO, 2006), e a agricultura familiar foi, portanto, o projeto sindical cutista no meio rural.

Cenário e origem do sindicato dos trabalhadores rurais de Barrocas

O município de Barrocas pertence à Mesorregião do Nordeste Baiano e à Microrregião de Serrinha, possuindo uma área da unidade territorial de 200,965 km², sua distância da capital do Estado é de 198 km, contando com uma população total de 14.189 habitantes⁴, dos quais 5.693 residem na zona urbana e 8.496 no espaço rural. A mesma fonte consultada informa que a densidade demográfica é de 70,61 habitantes/km².

Em Barrocas é marcante o número de propriedades rurais cujas atividades eram realizadas pela mão de obra familiar. As principais atividades desenvolvidas são: milho, feijão e mandioca. Na produção de animais tem destaque a suinocultura, ovinocultura, mel de abelha, caprinocultura e a bovinocultura que conta com uma produção de aproximadamente 169 mil litros de leite. O sisal se destacou na economia no período de 1952 a 1977, porém atualmente esse setor teve uma redução produtiva.

⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

No ano em que as condições climáticas são propícias à lavoura, a produtividade contribui para o fortalecimento da economia local. Em anos de estiagem ou qualquer outro problema que inviabilize o cultivo na lavoura, para diminuir a crise, o produtor conta com o Garantia Safra, criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem a finalidade de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares, que vivem em regiões sujeitas a perda de safra em razão do fenômeno de estiagem. É nesse cenário que políticas públicas como o Garantia Safra entram em cena e cumpriam um papel fundamental ao minimizar as consequências da crise ocasionada pela não colheita.

O sisal se destacou na economia e seu cultivo foi bastante fecundo no Município de Barrocas, responsável pela geração de emprego em uma área com um clima não propício para a prática da agricultura, tendo em vista que a sua adaptação ao clima semiárido na região do Nordeste, constituiu vantagens para seu cultivo. Em uma região que não dispõe de outros meios de produção, o plantio do sisal foi o que melhor se adaptou a esse clima, sendo a extração da fibra muito utilizada na fabricação de utensílios como tapetes, cordas entre outros. O sisal teve seu destaque na geração de emprego e abrangia uma cadeia de serviços que exigindo trabalhadores desde a manutenção da lavoura (baseada na mão de obra familiar), a extração e processamento da fibra para beneficiamento, até as atividades de industrialização de diversos produtos além de seu uso para fins artesanais (ALVES, 2004).

É nesse cenário que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas surgiu em um contexto social propício para as mobilizações e ascensão dos movimentos dos trabalhadores, como foi na década de 1980, quando o país deixava para trás longos anos de Ditadura Militar e,

Facilitados por um período de transição política para a democracia que lhe garantia campo de atuação – e por uma conjuntura econômica de elevada inflação que lhe fornecia combustível mobilizatório, o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, reocupando o espaço político que havia sido bastante reduzido pelos militares. (SANTANA, 1988, p. 2).

Os movimentos sindicais eram peças fundamentais tanto nas reivindicações pelos direitos trabalhistas quanto no processo de transição democrático que vinha acontecendo naquele momento, no cenário político brasileiro, pois são nas

organizações sindicais que ideias são compartilhadas, os membros comungam dos mesmos objetivos, almejam uma sociedade igualitária para todos e percebem que juntos, unindo força em prol do mesmo ideal, conseguem vencer as demandas das estruturas dominantes e dar significado à sua vida, pondo um fim na marginalidade imposta pela sociedade que os exclui e tenta fazê-los acreditar que estão ali para obedecer e aceitar as demandas que lhe são impostas. (MEDEIROS, 1997). E assim, o Estatuto Social do Sindicato⁵ dos Trabalhadores Rurais de Barrocas, no Artigo 1º diz o seguinte:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas se constitui em uma entidade sindical de primeiro grau..., sendo uma associação profissional de natureza privada, autônoma, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, número limitados de sócios, os quais não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, abrangendo os membros da categoria independente das suas convicções políticas, filosóficas ou religiosas, e sem discriminação de cor, raça ou gênero, regendo-se pelo presente Estatuto. (STRB, 1986, s/n).

Como determinado no Estatuto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas, veio para atender as necessidades de todos os cidadãos barroquenses sem distinção de classe social. O que evidencia a construção de identidade de uma classe sem reconhecimento social e a partir do momento em que unidos pelo mesmo ideal, como melhores condições de vida, opções de lutas contra a opressão, necessidade de ter sua voz ouvida, em se tratando de trabalhador rural, que vivem precisamente do cultivo do sisal, sem, no entanto ter reconhecimento enquanto membro de uma sociedade sem igualdade social, política e econômica.

Touraine (1998), a respeito do processo de construção da identidade coletiva, comenta que a mesma ocorre a partir de pequenas lutas que acontecem nos locais de trabalhos e aos poucos vão se convertendo em movimentos com uma abrangência maior. O pesquisador diz ainda que as condições que levam um movimento social a ter maior ou menor força dependem do lugar do conflito social em questão. Nesse sentido, o intuito de articular os trabalhadores em torno de um sindicato, está no fortalecimento e representatividade desses sujeitos que passam a atuar ativamente, saindo da condição de passividade, por meio de promoção de debates, organização de projetos alternativos acerca da problemática vivida no meio rural.

⁵ O Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas é um documento que rege as ações do sindicato.

Em Barrocas, o surgimento do Sindicato está associado a uma forma de conter a exploração dos grandes produtores do cultivo do sisal para com seus trabalhadores, os quais não eram assistidos nos seus direitos trabalhistas, havendo a necessidade de defesa da categoria, composta por uma população carente com indivíduos que se sentiam marginalizados, sem nenhuma perspectiva de melhores condições de vida. Assim o Estatuto Social Art. 1º diz que:

O Sindicato tem por finalidade e objetivo fundamental a representação e defesa dos direitos e interesses, coletivos ou individuais, inclusive em questões administrativas ou judiciais, da categoria dos trabalhadores rurais que exercem sua profissão dentro da base territorial do município de Barrocas, compreendendo os que exerceram atividades como assalariados na agricultura, pecuária e similar, na produção extrativa rural; os aposentados e pensionistas da área rural; os pequenos produtores, proprietários ou não, bem como os meeiros, arrendatários, parceiros, comodatários, posseiros e parceiros de assentamentos, que exercem atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendendo o trabalho dos membros da mesma família, executados em condições de mútua dependência e colaboração, com ajuda de terceiros (STRB, 1986, p.1).

A Constituição Federal de 1988, no Art. 8º Inciso III estabelece que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, s/n). A liberdade sindical foi um fator relevante da Constituição quando a mesma deixou claro que o Estado não podia interferir nos sindicatos, resultando em um avanço inegável, “a liberdade sindical, tanto de criação de sindicato, quanto na liberdade de filiação, de desligar-se e de se manter filiado a um sindicato” (COLETTI, 1998, p. 2).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas não tinha atuação como um movimento sindical de reivindicações por melhores condições de trabalho, salários e redução da carga horária, já que a maioria de seus associados era autônomo e àqueles que prestavam serviços aos outros, acontecia uma espécie de troca de prestação de serviço. O interesse do trabalhador em se associar ao sindicato rural estava ligado ao interesse de obter meios de provar sua condição de lavrador e também a obtenção de auxílios em momentos de doenças, o auxílio doença e o auxílio maternidade. A economia é marcada por grandes diferenças setoriais, a destacar os trabalhadores do campo, que viviam da agricultura e do cultivo do sisal, e os donos de armazém que compravam o produto final, a fibra do sisal.

O sindicato barroquense dava suporte aos trabalhadores por meio da agricultura familiar a fim de estimular a produção agrícola com a concessão de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) desde seu surgimento na década de 90. Essa disponibilidade de crédito tem a finalidade de sanar as dificuldades dos pequenos produtores em se manter na atividade. O PRONAF surgiu com o objetivo de prover crédito agrícola a juros acessíveis aos agricultores, sendo essa uma resposta do Estado à luta dos movimentos sindicais rurais que sentiam a precisão de estimular a produção agrícola. Foi uma forma de “reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.)” (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Eram muitas as facilidades para conseguir créditos por meio do PRONAF, pois só eram exigidas do trabalhador provas concretas, a ficha de filiado ao sindicato já era considerada uma prova de sua condição social e o sindicato ainda era responsável pelo cadastro para conseguir o sistema de crédito. Estes fatores foram fundamentais para o trabalhador rural, já que possuindo cinco hectares de terra produtiva e não havendo uma fiscalização apurada na aplicação do empréstimo, tinham facilitada a concessão de crédito.

A agricultura como atividade produtiva tem como vias de sustentabilidade a concessão de crédito, os juros menores e o apoio institucional que integram as comunidades rurais. Contudo tem diminuído os indivíduos que compõem este processo, como por exemplo, a composição da família rural, quando parte de seus membros vão para atividades não agrícolas. É preciso ressaltar que o sistema de crédito não é suficiente para um investimento voltado para a modernização tecnológica, com o uso de máquinas, sementes selecionadas e um efetivo acompanhamento de técnicos agrícolas (o sindicato até dispunha desse profissional, porém não era o suficiente para acompanhar todos os pequenos agricultores associados ao sindicato). Com isso muitos produtores partiam para trabalhar em outros setores, deixando o espaço rural e seu penoso trabalho.

No Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Art. 3º trata do compromisso do sindicato:

[...] no fortalecimento da agricultura familiar, defesa dos assalariados (as) rurais, política públicas de inclusão social voltada para geração e distribuição de renda e emprego, a democratização da sociedade para o

desenvolvimento social e econômico e ecologicamente sustentável para a categoria de todo o povo brasileiro (STRB, 1986, p.1).

Ao analisar a real situação dos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas, percebe-se que esse compromisso enfrentava grandes obstáculos, a começar por aqueles impostos pela natureza (as condições climáticas, solo, equilíbrio do ecossistema enfim, uma atividade dependente de fatores ecológicos), e a correspondência de atividade de produção agrícola e industrial. Sabe-se que “as relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio de crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional” (SCHNEIDER, 2003, p. 113). Partindo do sindicato, o apoio institucional existia, no entanto não era o suficiente para vencer os desafios das condições climáticas do semiárido, que exigiam um investimento maior do que àquele obtido pelo PRONAF, devendo ser considerado ainda a real condição do pequeno produtor. Ainda assim, mesmo com todas as dificuldades que os produtores agrícolas enfrentam, muitos nutrem uma expectativa sobre seu futuro, acreditando na possibilidade de desenvolvimento no local.

Como o município de Barrocas está situado em uma zona que sofre com prolongados períodos de estiagem, os associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em uma “Assembléia Extraordinária realizada no dia 08 de março de 1990 reivindicam juntos com os poderes públicos estaduais e municipais frente de serviço, sementes e carro pipa”. (ATA DO STRB, p. 21). No Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais o Art. 15 diz que: “As Assembleias Gerais Extraordinárias deverão ser convocadas e realizadas sempre que houver necessidade e só poderão deliberar sobre os assuntos para os quais forem convocados” (s/n). Seguindo os critérios do Estatuto, a Assembléia Extraordinária teve como pauta a resolução das necessidades dos associados que naquele momento vinham sofrendo com a falta de água e precisavam do abastecimento com carros pipas para combater a falta de chuva e garantir o sustento de sua família. Para isso, era necessário reivindicar a frente de serviço popularmente chamada de DERBA.⁶

⁶ O Departamento de Infraestrutura do Transporte da Bahia – BERBA é uma Autarquia do Governo do Estado da Bahia criado pela Lei nº 7.314, de 19 de maio de 1998, vinculado a Secretaria de Infraestrutura – Seinfra. Em 17 de abril de 2002 foi sancionada pela Lei nº 8.250, oficializando a Reestruturação do DERBA, devidamente regulamentada pelo Decreto nº 8.271 de 20 de junho de 2002. Apesar de manter a sigla DERBA (antigamente era conhecido como Departamento de Estradas e Rodagens), passou a denominar-se Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, incorporando as suas atribuições a construção e a administração dos terminais rodoviários, hidroviários

A relação entre o Sindicato e o Estado acontecia de forma ambígua. De um lado, os associados cobravam prestação de serviços ao presidente do sindicato e este, por sua vez usava o seu “poder” conferido por essa população associada e partia para o estado representado pelo poder municipal e exigia tais ações. Neste sentido, estava em jogo os votos que esta instituição poderia garantir aos candidatos a gestores locais.

Os trabalhadores não tinham como garantir o sustento de suas famílias, isso em decorrência do período de estiagem que inviabilizava o trabalho na lavoura e no cultivo do sisal, pois devido a falta de chuva a palha não servia para a extração da fibra e como homens e mulheres, tinham o sisal como única fonte de renda, o sindicato reivindicava junto ao poder público frente de serviço para atender as demandas de seus associados. Os trabalhadores passavam a atuar na limpeza de barragens, com o trabalho manual, onde o barro era retirado com carro de mão e no desmatamento das margens das estradas vicinais que ligam os povoados a sede do município.

A lei de criação do DERBA não faz nenhuma menção sobre limpeza de barragem, e sim “a execução de programas relativos a transportes rodoviários de competência do Estado, (...) os referentes aos planos federais e municipais” (DECRETO LEI 7.517/1999, s/n), porém com a finalidade de dar um suporte financeiro aos trabalhadores rurais, atender suas necessidades em períodos críticos para o trabalhador rural como a seca, tais frentes de serviços assim denominadas pelo sindicato, levavam os trabalhadores a essa prática vista por eles como algo glorioso.

No Art. 5º, ao tratar das prerrogativas do Sindicato:

Representar os direitos e interesses dos integrantes da categoria, coletivas e individuais, perante os poderes públicos e instituições privadas, bem como convocar, reunir e coordenar seus órgão e executar as decisões das instâncias deliberativas da categoria. (STRB, 1986, p.2)

As questões políticas ficam evidenciadas na ata, pois, havia uma “quebra de braços” entre sindicato e vereadores locais. Estes últimos tentavam assumir as prerrogativas do sindicato e chegavam a receber sementes em épocas de estiagem e então distribuíam a população como se fosse um projeto pessoal. Esta situação contrariava a base sindical, pois, percebiam que tais políticos buscavam se promover

e aeroviários do Estado. É responsável pelo gerenciamento do sistema estadual de transportes rodovias estaduais, além de apoiar a construção dos sistemas municipais.

as custas do trabalho desta instituição ou mesmo de ações do governo estadual e federal.

Favoreto (2006) destaca que o sindicalismo rural deixou a fase de estar focado tão somente nas bandeiras de luta pela reforma agrária, direitos trabalhistas e passou a assumir, mesmo que de forma lenta, o desenvolvimento rural “ancorados na expansão e fortalecimento da agricultura familiar” (FAVORETO, 2006, p. 67). A atenção foi voltada para os pequenos agricultores na tentativa de inseri-los no contexto da integração econômica e comercial.

Essas mudanças tiveram reflexo na atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas que passou a defender a oportunidade dos pequenos agricultores para que os mesmos tivessem uma participação efetiva na alimentação escolar do município, a partir de uma determinação do MEC para que o percentual de 30% do consumo da merenda escolar seja proveniente da agricultura familiar. Para garantir que essa determinação fosse cumprida, o sindicato buscava incentivar os agricultores e realizar fiscalização. Segundo Schneider (2003), o sindicalismo rural foi responsável pelo embate acerca do papel dos pequenos agricultores no processo de integração econômica e comercial.

Essas formas de atuação do movimento sindical “garantiu a classe trabalhadora um canal fundamental de suas demandas” (FAVORETO, 2006, p. 39) Tais ações eram necessárias, pois como a estrutura da direção do sindicato era composta de pequenos produtores, suas decisões eram formadas baseando-se nos problemas destes, que entendiam os desafios que seus associados enfrentavam.

Aos nove dias de maio de mil novecentos e oitenta e nove, realizou-se uma assembleia geral com os associados, para discutir sobre a semente adquirida através de reunião com o MOC e através do polo sindical que ficou preocupado com a distribuição da semente mais lutaram e distribuíram com amor mais não abriram as mãos para o político... (LIVRO DE ATA, p 29).

A partir do exposto na Ata, fica evidente que o sindicato teve sua atuação de acordo com as necessidades de seus associados. Como bem enfatiza Antunes, “os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista” (ANTUNES, 1986, p. 13). A necessidade naquele momento era a semente para os trabalhadores rurais realizarem o plantio nas suas pequenas propriedades, pois após um longo

período de estiagem fica inviabilizado o armazenamento do que é produzido para a futura plantação, e por isso o sindicato esperava a distribuição das sementes.



Reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas em que houve a entrega de sementes para os associados realizarem a plantação de milho e feijão. (Arquivo do STRB)

A foto acima mostra uma destas reuniões que tratavam das reivindicações dos associados na busca de mecanismos no enfrentamento das condições climáticas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem o desafio de atender as reais necessidades de seus associados e não permitir que conjunturas políticas assumam esse papel. Ao que parece, havia uma disputa entre sindicato e partido político, o sindicato mantém uma linha de atuação em defesa de alguns interesses de seus associados para que estes não percam o espaço conquistado no que diz respeito a garantia da aposentadoria sem a intermediação de um político, que em geral, se beneficiavam com apoio da população e obtinha também lucros financeiros.

“Na ata de setembro de mil novecentos e noventa e quatro houve uma reunião ordinária com a presença da diretoria e dos associados para falar sobre a limpeza de barragens, com um trator cedido pelo MOC” ⁷ (ATA DO STRB, p.37). Essa ação do sindicato é significativa para a manutenção dos associados, visto que a ampliação de barragens atende pequenos produtores de subsistência que não têm

⁷ Movimento de Organização Comunitária (MOC) fundado em 1967 atuou inicialmente como escritório de assessoria da Diocese de Feira de Santana-Ba, realizando um trabalho basicamente assistencial. Atualmente, além de ser uma entidade de caráter político organizacional, o MOC atua fortemente na articulação de políticas públicas que transformam a realidade social, política, econômica e ambiental do Nordeste. Tem a missão de contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana, através de capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social. (NASCIMENTO, Humberto Miranda. A convivência com o semi árido e as transformações socioprodutivas na região do sisal – Bahia. *In: Revista de Geografia Agrária*, v.3, n.6, p.22 a 44, agosto, 2008).

recurso financeiro para o aluguel de máquinas na construção e ampliação de barragens.

Em 1989, o Sindicato Rural de Barrocas também se preocupou com a educação de seus associados com a investida do Projeto Educar. Este projeto era voltado aos adultos que não eram alfabetizados e que tivessem interesse em aprender a ler e escrever. O projeto teria a duração de 08 meses para facilitar a vida do lavrador e era geralmente oferecido em horários e locais facilitados para alcançar um número maior de participantes. A ata diz que, “Aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 1989 houve uma reunião ordinária com a presença da diretoria, com a presença dos professores e coordenadores e os supervisores que vão lecionar no Projeto Educar que terá a duração de 08 meses.” (ATA DO STRB, p. 29) É importante destacar que, mesmo não atuando de forma reivindicatória, tal instituição buscou em dados momentos ou até mesmo recebia e abraçava projetos federais que viesse a beneficiar seus associados.

O Sindicato teve seu poder dividido com o surgimento de associações nas comunidades rurais, quando estas assumiram seu papel de atender às demandas dos associados, principalmente no atendimento ao processo de modernização com o uso de trator adquirido por meio de projetos desenvolvidos pela YAMANA GOLD⁸ e contrapartida da Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito José Edilson de Lima Ferreira. Tal parceria facilitou o trabalho do pequeno produtor, rendendo-lhe um aumento significativo da produção. Esta se deu, principalmente pela busca de apoio da população para com o prefeito, pois, este se beneficiava na “conquista” de votos.

Nas associações são organizados os processos de atendimento para cada produtor, não sendo necessária a longa espera do sindicato, que disponibilizava de apenas uma máquina para atender a todos os associados em dias com suas responsabilidades. Os tratores tem sua função na aração de terra e no abastecimento de água, quando este é adaptado para atender os agricultores no período de longa estiagem.

⁸ YAMANA GOLD é uma empresa produtora de ouro com sede no Canadá. Tem significativa produção de ouro e área para produção deste metal em estágio de desenvolvimento. A Mineração Fazenda Brasileiro (MFB) foi a primeira mina da Yamana no Brasil. Adquirida da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), foi inaugurada em agosto de 2003. É uma mina subterrânea, que se estende por três municípios baianos: Barrocas, Araci e Teofilândia. Hoje, a exploração é feita apenas na área de Barrocas. (BASTOS, 2014).

Em 2008, com a Lei Municipal de nº 132/2008 que criou a Secretaria de Agricultura, o sindicato sentiu-se ameaçado, pois suas funções frente aos associados ficaram a cargo da recém-criada Secretaria. Anterior a esta criação, as atribuições do sindicato incluía também as principais responsabilidades de uma secretaria de agricultura e trabalhava atrelado diretamente ao prefeito municipal. Não havia uma separação entre estado e sindicato rural. O Art. 4º esta lei determina a área de atuação:

Fomento a produção agrícola; estímulo, orientação e organização de cooperativas agrícolas; coordenação acompanhamento, avaliação e elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do setor agropecuário; promoção e coordenação política de aquisição de insumos e distribuição de sementes com a observância do Sindicato do Trabalhador Rural e das Associações Rurais do Município de Barrocas (LEI MUNICIPAL Nº 123, 2008, s/n).

Com a criação da Secretaria de Agricultura, o sindicato perdeu seu espaço, a começar pela aquisição e entrega de sementes que antes eram competência deste último. A Secretaria passou a assumir diversas ações como: cadastro do Garantia Safra, distribuição de água no período de estiagem e cadastro para aração de terra, pois mesmo as associações tendo a posse das máquinas agrícolas, a Secretaria determina como será feito o atendimento, bem como a quantidade de hectares a ser arado. A Secretaria de Agricultura é credenciada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e está habilitada a fornecer gratuitamente a Ficha da DAP⁹ considerada a identidade do trabalhador rural que habilita o produtor a vender seus produtos da agricultura familiar e a concorrer como pessoa jurídica em processo licitatório.

Outras inquietações

Um dado interessante observado na análise das fontes é a manutenção de apenas dois nomes na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas. Percebe-se, que, desde 1984, há um remanejamento quanto a dois candidatos nesta direção. O candidato mais antigo, José Antonio Lopes, argumenta que foi o fundador da instituição no município, por isso, tem o direito de permanecer sempre em sua

⁹ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso á políticas como Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar. É vantajoso o agricultor ter a DAP, pois é reconhecido como Agricultor Familiar, podendo acessar diversos programas do Governo Federal para desenvolvimento da agricultura como financiamentos com baixas taxas de juros, comercialização, além de ter um documento comprovando as atividades agrícolas do agricultor para aposentadoria. (Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Capítulo 10. www.bcb.gov.br/legislação e Normas/Manuais).

direção. Outra alegação é que para sustentar o sindicato, mantê-lo ativo, este, precisou se doar muito se desfazendo de seus bens para a manutenção do mesmo.

O que se torna visível, ao analisar tal dado, é que havia uma preocupação por parte do presidente de perder seu espaço e com isso também seu status, sua representação social diante da população, haja vista estarmos falando de um município pequeno e em que todos se conhecem. José Antonio Lopes, o fundador do sindicato, gozaria de certo prestígio social.

Outro ponto a considerar, é que outras pessoas não se lançavam como candidatos para a eleição que acontecia a cada quatro anos. Este dado requer cuidado ao ser analisado, pois algumas suposições podem ser levantadas, a primeira seria de que outros associados não tivessem interesse a candidatura ou mesmo que o espaço já seria bem demarcado pelos dois presidentes que se revezavam no cargo. Outra suposição é que os associados não queriam se envolver por que a maior parte dos trabalhadores rurais estava ligada a seus afazeres cotidianos ou trabalhando fora no “*trecho*”¹⁰, e por isso não teriam tempo de dedicação.

Um dado que também chamou atenção ao analisar o Livro de Atas, foi sobre a inadimplência dos associados, pois no Estatuto Social Art. 8º parágrafo 3º estabelece que,

O sócio, inclusive aquele que ocupe cargo em órgão da entidade, que atrasar o pagamento da mensalidade e demais obrigações financeiras devidas ao sindicato, terá automaticamente suspensos seus direitos associativos, inclusive o de votar e ser votado, devendo ser retirado seu nome da lista dos sócios aptos a participar de Assembleias e eleições sindicais (STRB, 1986, p.7).

E dois meses antes das eleições para a escolha da nova diretoria, em uma reunião, o presidente comentou sobre a inadimplência dos associados, o que comprometia a dinâmica do sindicato, como mostra a Ata a seguir “aos 24 de janeiro de 1998, houve uma reunião com a presença da diretoria e dos demais presentes onde o presidente falou da falta de pagamento dos associados, ressaltou que é um dever deles cumprir com suas obrigações” (ATA DO STRB, p 42). Porém, o novo presidente obteve 656 votos dos 922 associados aptos a votar. Com isso, nos faz pensar em duas possíveis situações, os associados decidiram quitar suas dívidas em tempo hábil para

¹⁰ O termo é usado para caracterizar os moradores que deixam sua cidade natal, e partem em busca de trabalho nas Metrôpoles, e retornam nos períodos de festas para reencontrar os familiares e amigos, esses homens são chamados de trecheiros.

votar no novo presidente, ou houve uma espécie de quitação por parte da chapa interessada em ganhar as eleições em troca do voto dos associados, sendo que o que estava na presidência passou a ser o novo tesoureiro.

Ao que tudo indica, havia certo receio de perda do poder, ao deixar de ser presidente e mesmo da perda do espaço que o sindicato ocupava na resolução de alguns problemas de seus associados. O desejo de permanência na diretoria é tão intenso que as eleições tomavam tamanha proporção de uma eleição municipal, com campanha e verdadeira comemoração com a vitória dos candidatos.

Uma das atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas é a comemoração do 1º de maio. Como o público atendido pelo dito sindicato são pessoas trabalhadoras do campo, que não são empregados com carteira assinada, percebe-se que não utilizam os festejos para reivindicar direitos trabalhistas, mas, apenas se reúnem para festejar a data que homenageia os trabalhadores. A festa era organizada para ser um momento de encontro dos associados e de grupos culturais da região. Durante a festa ocorriam apresentações de grupos de samba de roda, forrozeiros e repentistas locais.



Celebração do 1º de maio com grupos musicais da região. (Arquivo do STRB, 1999).

A foto acima mostra o encontro entre os associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas. O espaço utilizado para o encontro é a própria sede da instituição. Ainda sobre esta festa, o presidente disse o seguinte,

Esse é um dia de muita alegria, principalmente para nós que representamos a classe dos trabalhadores rurais, mas eu costumo dizer que o dia do trabalhador não é um dia exclusivo do trabalhador rural, que planta milho,

feijão e mandioca e sim o dia do jornalista, do juiz, do professor. “hoje estamos aqui com os trabalhadores rurais, comemorando mais uma vez esse grande dia”. E nesse dia a cultura da cidade entra em pauta, já que grupos de sambadores, forrozeiros e violeiros se apresentam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Não importa a profissão o que importa é a forma que você executa o seu trabalho, com honestidade e dignidade (ENTREVISTA DO PRESIDENTE ANANIAS CORDEIRO CONCEDIDA AO JORNAL NOSSA VOZ).

Diante do exposto pelo presidente, percebe-se que havia uma demonstração de que ele tinha um conceito do que era um trabalhador rural e qual era seu papel diante da sociedade. A construção de sua identidade manifestada em termos culturais, o primeiro de maio era tido como um momento de encontros, celebrações e trocas de experiências para o trabalhador do campo. Assim, era uma celebração especial, pois tal trabalhador tinha seu trabalho reconhecido pelo outro que também se enxergava enquanto sujeito que fazia parte do mesmo espaço. Dessa forma, homens e mulheres encontravam significado para o seu exercício.

Considerações Finais

As conquistas que hoje os agricultores familiares, antes chamados de trabalhadores rurais, apreciam são fruto de uma história de lutas e reivindicações. O Estado, em especial no período da Ditadura Militar, tentou negar aos sindicatos o direito de representatividade da classe trabalhadora, agregando estas instituições e demandando-lhes funções mais técnicas que políticas. Houve um momento em que a classe trabalhadora percebeu que precisava se organizar e lutar pelos seus interesses e o sindicato era a forma viável naquele momento. A experiência de reivindicações opostas às estruturas que estavam se formando pode ser entendida como resultado de heranças de experiências anteriores. Houve assim a entrada do Estado em cena através de regulação das relações contratuais e ainda da representação de interesse. O sindicalismo assumiu uma posição de subserviência estatal, com caráter assistencialista, “embalada pela ideologia da paz social” (CARDOSO, 1997, p. 100). A intenção do Estado era ter em seu poder o controle de toda ação sindical, um sindicato atrelado à seu interesse, seguindo suas determinações e levando a classe trabalhadora a aceitar normas vigentes sem questionar sua real condição enquanto trabalhadores isentos de representação em prol de seus ideais.

Quando o momento político do Brasil sofreu mudanças profundas diante do afrouxamento da Ditadura Militar, do surgimento da CUT, a luta do Partido dos Trabalhadores, os sindicatos perceberam a oportunidade de reassumir sua posição política e de representatividade legítima em prol dos trabalhadores. O Estatuto do Trabalhador Rural foi de extrema importância para situar esta nova realidade. Com uma representação legal, o trabalhador rural iniciou seu caminho para alcançar visibilidade e melhorar sua condição de vida. Políticas públicas passaram a ser delegadas para ajudar o homem do campo a amenizar toda a sorte de escassez com a qual lida.

Na cidade de Barrocas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais surgiu em meio a toda a efervescência política dos anos 1980. Mas a própria história do município já apontava para a dura realidade a ser enfrentada pelos barroquenses, em especial àqueles que moravam na área rural. Tendo sido distrito e rendido bons lucros ao município a que pertencia, Barrocas sofreu toda sorte de exploração sem que a ela tenha sido permitido nenhum tipo de retorno das suas contribuições econômicas. E foi na tentativa de barrar o processo de exploração do trabalhador rural que o Sindicato local surgiu.

Com sua atuação garantida pela Constituição Federal de 1988, a força sindical deu ao agricultor barroquense a possibilidade de ter acesso à direitos que antes lhes parecia inacessíveis. A visibilidade do então agricultor familiar permitida pelo movimento sindical se dá numa tentativa de alcançar a dignidade tão parca à esta classe. Contudo é preciso ressaltar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrocas assumiu uma representatividade maior no que tange à autonomia destes agricultores rurais. Sua atuação foi muito importante para dar identidade à estes sujeitos que continuamente carecem de apoio, tanto por conta do histórico abandono político direcionado à esta classe como por conta das condições ecológicas que muitas vezes desfavorecem o desenvolvimento rural.

Nos últimos anos a que se refere esta pesquisa, o Sindicato tem dividido seu espaço de atuação com as associações e a própria, e recente, Secretaria de Agricultura do município. Contudo, este fato não reduz a importância que o movimento sindical local logrou aos agricultores familiares. As políticas ainda carecem de mudanças, mas é possível afirmar que esta luta começou e é muitas vezes conduzida a partir desta reunião de vozes possibilitada pelo Sindicato, sem o qual seria difícil esta união

identitária em prol de um mesmo objetivo: participação econômica e melhores condições de vida aos moradores das áreas rurais.

Este estudo visou dar visibilidade e contar a história de uma instituição que, muitas vezes, parece desimportante. Entender o percurso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é de suma necessidade para que seja compreendida tanto a história do próprio município de Barrocas como também a luta daqueles que trabalham no campo e que se percebem como aptos a participar ativamente da economia e desenvolvimento local. Espera-se que outras pesquisas acerca do assunto sejam realizadas visando entender e situar a luta que o movimento sindical, nacional e local, enfrentou para então estabelecer-se na história.

Referências

- ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1986.
- ALVES, A. F. et al. **Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- BASTOS, Francisco de Paula Vasconcelos. **A mineração de Ouro no Brasil, ontem e hoje**. Ouro Preto: Ed. Do Autor, 2014.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo: Novos Estudos**. CEBRAP, nº 48, p.97 – 119, julho, 1997.
- COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Unicamp, 1998.
- FAVORETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trintas anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, nº 62. São Paulo: outubro, 2006.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, UFMG, janeiro, 1973.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas São Paulo, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. *In: Revista São Paulo em Perspectiva*. Nº 11, v.2, p. 65-72. Junho, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **O fazer-se dos agricultores familiares como sujeitos de direitos**. Pensamento Plural, nº 4, p. 91 – 115, janeiro/junho, 2009.
- RODRIGUES, Iram Jacome. **Sindicalismo e política a trajetória da CUT**. Porto Alegre: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Iram Jacome. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Campo Grande: Vozes, 1999.
- SANTANA, Marcos Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade**. Visão da história do movimento sindical brasileiro. XXII Encontro Anual Do ANPOCS, Caxambu, 1988.

SANTANA, Marcos Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In José Ricardo; Marco Aurélio Santana. (org.). **In: Trabalho e Desenvolvimento Regional: Efeitos sociais da indústria.** Rio de Janeiro: Mauá, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. e terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.